



O capitalismo agroindustrial e as frentes de luta e resistência do campesinato brasileiro: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)

André Michelato-Ghizelini¹

RESUMO

O capitalismo agroindustrial tem produzido uma realidade do campo que tem estabelecido condições de vida para o campesinato brasileiro de precarização e exploração pela determinação do que produzir, em que condições produzir, a quantidade e qualidade da produção, para quem comercializar e a que preço vender. No entanto, em fins de 2003, surge o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) que permitiu ao campesinato brasileiro visualizar uma outra realidade. Sem conseguir reverter ou estancar o processo de avanço do capitalismo agroindustrial, o PAA tem proporcionado ao campesinato estabelecer novas estratégias de resistência e luta com vistas a se colocarem enquanto atores do desenvolvimento brasileiro. Desta forma, neste artigo, discuto e apresento dados que demonstram a importância do PAA para o reestabelecimento do modo de vida do campesinato, e em que medida o programa conseguiu estabelecer novas pautas e espaços de resistência para a condição camponesa no Brasil.

Palavras-Chave: Campesinato, Sociologia Rural, Agricultura Familiar, PAA.

Recebido em 20/01/2016

Aceito para publicação em 27/09/2017

DOI: <https://doi.org/10.25067/s.v21i2.18462>

Introdução

A agricultura camponesa no Brasil tem se organizado historicamente com a perspectiva de construir estratégias de resistência ao projeto da agricultura capitalista, projeto este que pressupõe a concentração de terras, a alta exploração dos recursos naturais e da mão de obra, tendo como objetivo a industrialização do rural com vistas ao fortalecimento e reprodução de uma elite

¹ Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná. Professor do departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo. E-mail para contato: andremichelato@gmail.com.

agrária e agroindustrial no país. Para tanto, as estratégias de resistência e luta tem sido construídas para resistir ao avanço desta elite agrária, alicerçadas num projeto agroecológico e camponês, articulado com uma aliança com organizações de trabalhadores urbanos, com princípios classistas, que pautando a produção de alimentos, pense e organize os trabalhadores para uma resistência ao capitalismo.

Dentre estas estratégias estão a luta pela terra, a democratização ao acesso das políticas públicas de crédito agrícola, resistência e luta para a adequação da legislação de comercialização e agroindustrialização aos padrões da agricultura de base familiar, a efetivação de políticas para a transição e consolidação da produção agroecológica, como também o fortalecimento de ações de compras institucionais, a exemplo do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Para tanto, a agricultura camponesa quando pautada pelo pacote tecnológico da modernização da agricultura, se tornaram reféns das relações impostas pelos complexos agroindustriais, interferindo não apenas na forma como se relacionam com estes, mas, fundamentalmente, interferindo nas estratégias de produção, de trabalho e de funcionamento das relações sociais, políticas e econômicas, assim como na própria dinâmica familiar.

A condição de vida da agricultura camponesa se sustenta e se reproduz a partir da condição de autonomia fundado num projeto de vida que consiga se relacionar econômica, social e politicamente, sem que isto adultere a relação modo de vida e trabalho, pois o campesinato não diferencia estas duas dimensões. Porém, a agricultura moderna irá decompor e ajustar a agricultura de base familiar a ter como centralidade o trabalho, desconectando a vida familiar, comunitária e social do mundo do trabalho. Camponês torna-se empregado, propriedade torna-se empresa.

Brandenburg (1999) chama a atenção para o que considera condição fundante para a reprodução do camponês: a autonomia e a liberdade. E, para tanto, este agricultor não deve ser apenas aquele que

(...) investe em inovações tecnológicas no sentido de substituir a base técnica visando obter maior produtividade na produção e maior eficiência na gestão administrativa da unidade familiar, mas o agricultor que se coloca na condição de autor de um projeto de vida e que ao lutar para construí-lo

combina racionalidade e subjetividade. Nessas condições, o agricultor familiar é, portanto, uma categoria moderna, cujo projeto, sem dúvida, inscreve-se como uma continuidade de uma condição camponesa.

Segundo Almeida (1999), o campesinato na sua busca por autonomia, no sistema capitalista, será uma busca incansável para resolver problemas vinculados a sobrevivência e a permanência no campo, seja pela descrença no sistema institucional ou como estratégia de defesa. O medo de se arriscar ou a necessidade de sair da condição camponesa e se tornar um empresário rural, ou seja, destituindo-se do seu modo de vida, tornam-se condições para que os camponeses se sintam “estranhos”, não reconhecidos, dentro do sistema capitalista fundado na monocultura.

Seja para assegurar o fortalecimento de canais de participação e autogestão, ou então como estratégia de defesa e autopreservação, a agricultura camponesa não pode prescindir da conquista de autonomia econômica, política e social, para que lhe garanta condições para sua reprodução social, sendo que na contemporaneidade a democratização e transformação dos instrumentos de comercialização são fundamentais e estratégicos para garantir certa autonomia para o campesinato. Com espaços de comercialização adaptados para a realidade camponesa, a produção se integra rapidamente, não sendo necessário grandes transformações, como poderá ser observado nos dados apresentados neste artigo.

Se a produção camponesa é condição para a interação e transformação entre homem e natureza, esta terá influências estruturais na relação com os mercados, pois o campesinato vivendo sob a “linha” frágil da sobrevivência, tem no tempo, na força de trabalho, nos recursos naturais e nos recursos financeiros, elementos para sua reprodução, não podendo arriscar-se em “aventuras” que possam findar sua condição e seu modo de vida camponês. Portanto, o campesinato é aquele que busca estruturar sua produção para a comercialização a partir de estratégias que sejam mais seguras, mesmo que estas sejam as mais precárias e que desestremem seu projeto de vida, desde que lhe permitam assegurar a reprodução social e seu “modo de vida”.

A relação entre o que produzir e para qual mercado comercializar, passa, cada vez mais, a fazer parte da agenda política da agricultura camponesa, pois mais do que a vontade, os desejos e as ideologias, a produção passa a ser estruturada e realizada a partir das relações mercantis, e que serão responsáveis

por garantir ou não o modo de vida camponês.

Portanto, os mecanismos de comercialização serão de relevância central para definir as formas de produção e das relações sociais e políticas na agricultura camponesa, ou seja, mais do que ser apenas a engrenagem para viabilizar o acesso monetário, será a comercialização que possibilitará a reprodução social do campesinato.

Assim, neste artigo o leitor irá encontrar uma reflexão sobre a relação entre o campesinato e os mecanismos de comercialização, em especial as compras institucionais, e em que medida esta dimensão da comercialização institucional contribui ou não para o processo de reprodução social do campesinato.

Os complexos agroindustriais e a produção camponesa: quais as possibilidades de luta

Os mecanismos de comercialização têm sido definidores dos processos produtivos a partir da modernização do rural. Dependente cada vez mais de estratégias de comercialização mais estáveis e reguladas por organizações governamentais, os agricultores de base familiar, de um modo geral, adaptam sua produção às possibilidades de comercialização disponíveis no mercado ou passíveis de serem construídas com certa garantia. Isto se dará, principalmente, na agricultura camponesa, onde a relação produção e “sobrevivência” é mais próxima e limítrofe da falência e perda do modo de vida e, conseqüentemente, do abandono da terra.

Vencedores ou perdedores neste campo de luta, os camponeses, no passado como atualmente, dele participam com o objetivo de ter acesso a atividades estáveis e rentáveis. É este objetivo que norteia suas estratégias econômicas e que se articulam em dois níveis complementares. Por um lado, o acesso a uma atividade mercantil. A historiografia é plena de exemplos que nos permitem afirmar que, desde o período colonial, os chamados “cultivadores pobres livres” sempre buscaram alternativas econômicas que os integrassem positivamente à economia local e regional, tanto o mercado interno de produtos alimentares, como também o de produtos

destinados à exportação, como o fizeram com a produção da mandioca, do tabaco e do algodão. E até hoje, sempre foi uma orientação comum e natural destes agricultores, a busca de produto ou produtos comercializáveis, que sejam o carro-chefe do sistema produtivo adotado.

Por outro lado, a esta atividade mercantil se soma o autoconsumo. É natural que, dispondo de meios de produção, mesmo que em condições precárias e insuficientes, o camponês procure, antes de mais nada, assegurar o consumo alimentar da família. Como indicam Maria Yeda Linhares e Francisco Carlos Teixeira da Silva, a economia de subsistência “*é a face oculta da economia e da sociedade coloniais*” (WANDERLEY, 1996).

Na agricultura camponesa não há como separar a relação produção-comercialização, pois o trabalho, o autoconsumo, o acesso aos bens de consumo, o manejo da propriedade e a comercialização estão articulados de forma a manter ou desestruturar o seu modo de vida. A produção não é apenas um negócio, e o negócio não é o foco central da propriedade.

Se há cálculo da distribuição alternativa do tempo dos membros da unidade doméstica a ser despendido com a agricultura e o negócio, há também um cálculo para saber quando os recursos em dinheiro devem passar da agricultura para o negócio, ou do negócio para a agricultura, assim como cada uma destas atividades pode servir alternadamente ou conjuntamente para proporcionar o necessário à subsistência doméstica. Não constituem, portanto, atividades estanques, e o negócio não é algo externo à própria atividade agrícola. Assim, o dinheiro com que se compra sementes e adubo, com que se paga o trabalhador alugado, frequentemente provém do negócio. Do mesmo modo, a renda obtida com a venda dos produtos do roçado e/ou sítio não necessita esperar o ciclo agrícola seguinte para ser reaplicada, mas pode ser transferida para o negócio. Note-se também que se o negócio proporciona uma renda suficiente para fazer face ao consumo doméstico, a venda dos produtos do sítio e do roçado pode

ser aliada para o momento em que se julga dar o melhor preço, aumentando-se a renda líquida com a agricultura (GARCIA, 1990, p. 105).

No entanto, até fins da década de 80, a comercialização era vista como algo externo a centralidade da agricultura que seria a produção, pois a comercialização ou seria resolvida pelo Estado, como seria o caso das commodities, ou seria algo secundário, no caso da agricultura camponesa, pois o central seria garantir a segurança alimentar das famílias, e só depois viabilizar a comercialização.

Para os defensores dos projetos alternativos de agricultura (agricultura camponesa, agricultura ecológica e orgânica), a comercialização não era vista como um fator decisivo para a mudança da dinâmica da produção. Este projeto tinha como pressuposto que os agricultores mobilizados e sensibilizados para uma produção sustentável de alimentos - agroecológica e solidária, já possuiriam as condições necessárias para garantir a própria mudança da realidade do campesinato brasileiro². Desta forma, a comercialização era vista como uma condição secundária, uma consequência, e não necessária para garantir a reprodução social do campesinato, pelo contrário, tinham como perspectiva que os processos de comercialização iriam “infectar” a lógica camponesa de forma a desestruturá-la, correndo o risco de expulsar os camponeses do campo ou transforma-los em empresários rurais – agricultura familiar.

No entanto, em fins da década de 90 (sec. XX) movimentos sociais, organizações não governamentais, pesquisadores/as e órgãos de extensão rural passaram a investigar e a problematizar onde estariam os gargalos da agricultura de base familiar, e as conclusões apontam para as dificuldades de se inserirem sua produção no mercado consumidor de forma a garantir melhor valor para a produção e, conseqüentemente, melhorar a renda, possibilitando melhoria na qualidade de vida e investimento na propriedade e na produção (UENO et all,

² Em fins da década de 80 e durante a década de 90, do século XX, organizações não governamentais e movimentos sociais estruturaram propostas de comercialização para a agricultura camponesa, como feiras, pontos fixos, cooperativas de consumo, entre outros, no entanto estas experiências estavam fundadas no pressuposto de que os agricultores deveriam comercializar o excedente da produção, pois o foco da produção seria o autoconsumo familiar. Estas propostas vinham de encontro ao debate sobre a segurança alimentar, que tinham como perspectiva retirar da pauta da agricultura de base familiar a produção de *commodities* e a integração agroindustrial, com o objetivo em retomar a produção de alimentos como fator preponderante, mas ainda atrelada a uma visão tradicional do “campesinato artesão”.

2016).

Os mercados têm cada vez mais exigido certas condições de quem produz, e os camponeses têm apresentado significativa dificuldade em estruturar e responder a estas demandas, seja em função da baixa capacidade de investimento, pela baixa utilização de tecnologias, pelo risco e a instabilidade que estas novas formas de mercado exigem, como também o alto custo do transporte, a pressão por uma produção em escala, o acesso a conhecimento e tecnologia, a capacidade de assumir riscos, a proximidade de centros consumidores e a pressão dos atravessadores e atacadistas são fatores que influenciam diretamente para que o campesinato participe ou não dos mercados (MICHELATO-GHIZELINI, 2010; PEREZ-CASSARINO, 2013).

Num contexto de forte pressão por parte dos complexos agroindustriais sob a agricultura brasileira, atuando com a perspectiva de concentrar e centralizar o beneficiamento e distribuição dos alimentos, seja para o mercado interno ou para o mercado externo, os complexos agroindustriais tem atuado de forma a estabelecer e formatar a política de desenvolvimento brasileira, seja no que se refere ao crédito, a política fundiária, ao fomento em infraestrutura etc. Vale destacar que os complexos agroindustriais não atuam apenas no processamento do alimento, mas atuam desde a comercialização de insumos, passando pelo crédito, tecnologias, processamento, logística, distribuição e comercialização (ERTHAL, 2006).

Este contexto tem pressionado os camponeses a produzirem alimentos que já possuem complexos agroindustriais organizados em suas regiões, no entanto, estes produtos agregam pouco valor a produção, exige especialização das formas de produção e têm no comprador o controle do estabelecimento de preços e quantidades. Este mercado é controlado e dominado por atravessadores, empresas, indústrias, grandes cooperativas e supermercados, que veem no agricultor um mero produtor de matéria prima para sistema mercantil (MICHELATO-GHIZELINI, 2003).

A integração aos mecanismos de comercialização de baixa autonomia (complexos agroindustriais), precarizaram o trabalho e a vida familiar dos camponeses de forma a desestruturar e desorganizar a produção para o autoconsumo, pois o tempo despendido para estas atividades acabam sendo excessivamente alto, tendo o tempo da família direcionado na sua totalidade para a produção de produtos a serem destinados para os complexos agroindustriais. Esta dinâmica leva os camponeses a dependerem cada vez mais deste sistema, não lhe restando outra saída a não ser reforçar cada vez mais a

própria precarização e relação de dependência.

Vale ressaltar que esta lógica de produção e comercialização na agricultura camponesa, foi e tem sido mediada e estimulada pelo Estado, pois seja através do financiamento público (crédito), do investimento em infraestrutura (de transporte, abastecimento, órgãos de controle, entre outros), no estímulo à pesquisa e assistência técnica, assim como o investimento e fomento público à agroindustrialização de grande porte, terá a “mão” do Estado como indutor deste modelo de rural que se caracteriza pela agricultura especializada em detrimento das lógicas de mercado local e diversificados de circuitos curtos (ERTHAL, 2006).

Assim, a produção de alimentos organizada pela agricultura camponesa perde espaço nos mercados locais e regionais, seja em função do alto custo de produção e transporte, em função da baixa escala e baixo investimento governamental, ou mesmo em função da baixa capacidade de divulgar e mediatizar seus produtos. Desta forma, cria-se um círculo vicioso, donde os agricultores na ausência de mercados mais sustentáveis e que possibilite maior controle e transparência, inserem-se em mercados que lhes possibilitem acessar renda monetária para dar condições mínimas de sobrevivência e reprodução social (PEREZ-CASSARINO, 2013). Neste contexto, o Programa de Aquisição de Alimentos surge com o objetivo de proporcionar condições para a reintegração e o fortalecimento da produção de alimentos e das estratégias de comercialização local por parte do campesinato brasileiro, permitindo que haja condições para a estruturação de uma produção diversificada de alimentos (MICHELATO-GHIZELINI, 2010).

Num contexto de pressão pela retirada das condições de reprodução do campesinato, o Programa de Aquisição de Alimentos, aliado ao crédito agrícola e a luta pela terra, se colocam enquanto condição para a resistência camponesa ao processo de avanço do capitalismo sobre este modo de vida. No entanto, outras formas de luta tem se colocado como necessárias para ampliar e garantir as condições de reprodução do campesinato, como políticas públicas para investimentos de grande alcance para o fomento e consolidação da agroecologia, a construção e subsídio de equipamentos de agroindustrialização e armazenamento, assistência técnica, pesquisa para tecnologias adaptadas para a pequena propriedade (insumos e equipamentos), como também educação superior pública em modo de alternância para os filhos e filhas das famílias camponesas e, como questão estratégica, investimento e legislação que garanta o fomento e a construção de mecanismos e espaços de comercialização fundados

nos circuitos curtos.

Tais estratégias são fundamentais não só para garantir a reprodução social do campesinato brasileiro enquanto um modo de vida, mas como responsáveis por 70% da produção de alimentos no país, é fundamental que a defesa pelo campesinato seja uma questão central para a garantia da soberania e segurança alimentar da população brasileira.

O PAA e a Condição Camponesa: possibilidades de resistência e luta

As compras institucionais da agricultura familiar e camponesa, iniciadas pelo Programa de Aquisição de Alimentos em fins de 2003, inauguraram novas agendas e processos para o campesinato brasileiro, seja referente a intervenção do Estado na produção e comercialização camponesa, mas fundamentalmente na importância do papel do Estado, da organização social do campesinato e da necessidade de construir uma efetiva aliança entre trabalhadores urbanos e do campo.

Será então com o PAA que o movimento camponês avança significativamente para o debate e a construção de espaços de diálogo e comercialização direta com a população urbana, de forma a retirar a invisibilidade da agricultura de base familiar e se colocar politicamente enquanto um segmento central para a produção de alimentos no território nacional. Portanto, mais do que avaliar se o PAA tem contribuído ou não para o aumento da renda das famílias dos agricultores, é de significativa importância compreender em que medida o Programa tem interferido, positiva ou negativamente, na reordenação da produção e no projeto de vida camponês, mas também nas relações políticas e econômicas dos agricultores.

A agricultura camponesa, além da invisibilidade social histórica, ainda tem que resistir e lutar para que seja possível conquistar as condições para sua reprodução social. A linha entre a sua existência enquanto camponeses e a perda desta condição de vida, ou seja, assumir o êxodo rural como única saída, paira sobre uma linha muito tênue, pois as condições econômicas, políticas e ambientais podem retirar todas as condições para sua sobrevivência de uma hora para outra, ou de uma lavoura para outra.

O PAA tem demonstrado grande capacidade para reverter processos de perda da condição camponesa, proporcionando bases para a diversificação da produção, amplificando os mecanismos de comercialização e aproximando camponeses dos trabalhadores urbanos (MICHELATO-GHIZELINI, 2010).

TABELA 1 - PRODUÇÃO DESTINADA PARA A COMERCIALIZAÇÃO PELOS CAMPONESES, ANTES DO PAA/2003, E APÓS 5 ANOS DE PARTICIPAÇÃO NO PAA/2008

	ANTES DO PAA (2003)		APÓS 5 ANOS (2008)	
	% de Agricultores	Nº Agricultores	% de Agricultores	Nº Agricultores
Amendoim	02	04	27	60
Batata doce	01	02	37	82
Bicho da Seda	03	07	00	00
Derivados de Leite	00	00	06	13
Feijão	30	67	21	47
Frutas	00	00	25	56
Fubá	00	00	01	02
Geleias e Doces	00	00	06	13
Hortaliças	02	04	44	98
Legumes	01	02	30	67
Leite	05	11	17	38
Mandioca	02	04	37	82
Mel	01	02	05	11
Milho Seco	23	51	00	00
Milho Verde	00	00	27	60
Ovos	01	02	30	67
Panifícios	02	04	17	38
Pequenos Animais	07	16	02	04
Soja	07	16	03	07
Sucos	00	00	05	11
Não Comercializava	09	20	00	00

Fonte: MICHELATO-GHIZELINI, 2010.

Na tabela 1 foi perguntado aos camponeses, participantes da pesquisa em questão, qual era sua produção destinada para comercialização antes de participar no PAA, e qual seria essa produção destinada a comercialização 5 anos após a primeira participação no PAA. Como pode ser observado na tabela acima, a partir do PAA, produtos que anteriormente não eram comercializados ou eram comercializados com uma baixa representatividade, passaram a fazer parte da pauta de produtos “comercializáveis” pela grande maioria dos agricultores da amostra. Produtos como hortaliças, legumes, mandioca, milho verde, ovos e batata doce passaram a ser produzidos pelos agricultores com foco na comercialização, numa dimensão significativamente superior à realidade anterior ao PAA. Portanto, a partir da tabela fica explícito que com a participação no PAA houve uma reorganização significativa da produção destinada para a comercialização, onde os camponeses passaram a restabelecer relações de produção que “resgata” uma dinâmica produtiva pautada pela

diversidade e pela produção de alimentos que são passíveis de serem comercializados através de mecanismos de circuitos curtos.

Assim, o PAA, mais do que um instrumento de comercialização institucional, traz consigo a possibilidade de promover e fortalecer processos organizativos e produtivos que permitam garantir o fortalecimento da condição camponesa, pautada pela diversificação e por maior a autonomia da agricultura de base familiar numa perspectiva de garantir certo auto gerenciamento da produção e da renda, como também tem possibilitado agregar maior valor a produção e diversificar os mecanismos de comercialização.

Ao analisar o impacto do PAA é possível afirmar que a produção de alimentos diversificada é aumentada na medida em que passa a ser considerada a principal fonte de renda das famílias, invertendo a relação estabelecida pelos agricultores com a agricultura moderna e, conseqüentemente, para sua condição enquanto camponês. Ou seja, a partir do PAA, os agricultores passam a imprimir menos intensidade - de tempo, mão de obra, capital, terra - para a produção de uma agricultura voltada para os complexos agroindustriais, e passam a investir mais em uma agricultura produtora de alimentos destinada para mercados locais e regionais, ampliando a autonomia no que se refere à segurança alimentar da família, com maior valor agregado para a produção e amplificando a pauta de alimentos de melhor qualidade (frescos) disponíveis para as comunidades urbanas no seu entorno.

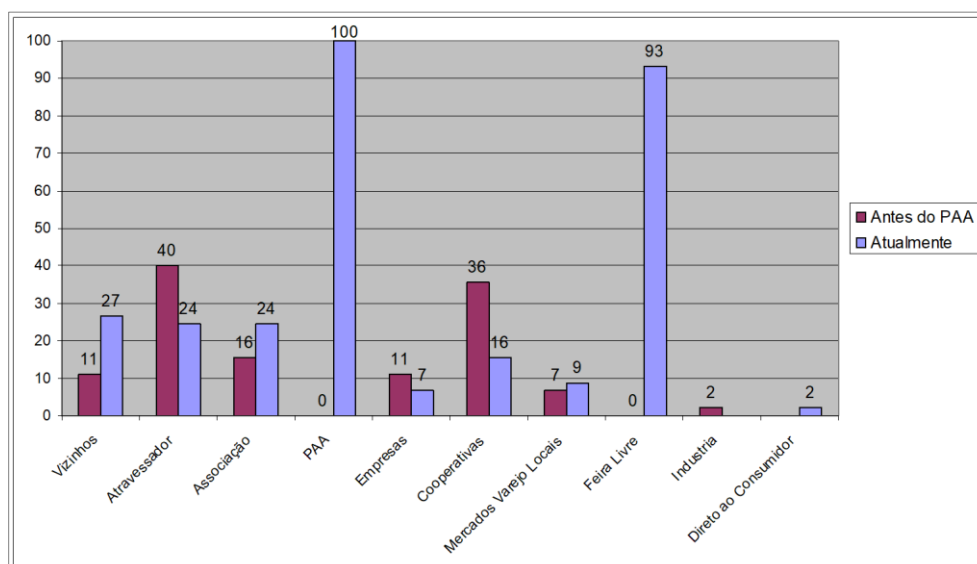
No entanto, o PAA não pode ser um Programa em que tenha a perspectiva de ser a única saída para a agricultura de base familiar, sendo necessário a organização e fortalecimento de novos mercados para, primeiro, não criar dependência, segundo, possibilitar sustentação e autonomia para o campesinato e, terceiro, fortalecer as relações de organização entre os camponeses e camponeses e população urbana.

Não só a diversificação da produção, mas a diversificação dos mecanismos de comercialização, a partir do PAA, apontam para uma mudança significativa das estratégias e organização dos camponeses com relação ao mercado, como pode ser observado no gráfico 1.

Portanto, o PAA aliado a organização coletiva dos camponeses tem proporcionado a construção de estratégias de produção, comercialização e consumo que se organizam enquanto resistência ao mercado organizado e controlado pelo capitalismo agroindustrial, e que tem possibilitado outras formas de estabelecer relações sociais, políticas e, principalmente, econômicas

entre agricultores e população urbana. Observa-se que a agricultura de base familiar quando integrados ao mercado capitalista agroindustrial, utilizam-se de instrumentos “tradicionais” de comercialização, como por exemplo atravessadores, empresas atacadistas, empresas agroindustriais e empresas agroexportadoras, que lhes colocam numa situação de pouca ou quase nenhuma autonomia, seja referente a pauta do que produzir ou aos preços praticados. Michelato-Ghizelini (2010) identificou que, a partir do PAA, passa a existir uma redução na utilização destes mecanismos de comercialização pelos camponeses, como pode ser verificado no gráfico, onde o acesso aos atravessadores passou de 40% para 24% de camponeses acessando-os, das cooperativas de 36% para 16% e nas empresas (atacadistas e agroindustriais) de 11% para 7%.

Gráfico 1 - Porcentagem de Agricultores e os Locais de Comercialização da Produção, antes do PAA e 05 anos após participar a primeira vez no PAA.



Fonte: MICHELATO-GHIZELINI, 2010.

Estes dados demonstram, como já foi afirmado, que os camponeses avaliam como “dispensáveis” estes mecanismos de comercialização, ditos “tradicionais” do mercado capitalista, quando tem possibilidades outras de mecanismos mais próximos da lógica produtiva camponesa.

Os atravessadores, empresas e indústrias “impõem” mudanças na lógica de produção das famílias, reduzindo-os a função de operadores do sistema produtivo, pois estes se veem “obrigados” a produzir tipos de produtos que não

fazem parte da pauta de produtos tradicionalmente produzidos pelo campesinato, como é o caso do fumo, soja, carvão, bicho da seda, banana, café, pimenta do reino, assim como o milho, mandioca e o feijão em escala de monocultura. Da mesma forma, estabelecem relações sociais, econômicas e políticas que avançam com a desintegração das formas organizativas dos camponeses, pois passam a ser integrados a uma lógica individual e, essencialmente, monetária.

Outra contingência importante a ser destacada é que anteriormente ao PAA, os camponeses apresentavam um alto nível de especialização, com foco em alguns produtos, como é o caso de 67% dos agricultores que produziam o feijão para ser comercializado, 51% produzindo milho, 16% produzindo soja (MICHELATO-GHIZELINI, 2010).

Estes dados provenientes da intervenção do PAA na realidade da agricultura de base familiar, apontam para uma realidade nova que demonstra que há condições para resistência ao processo de precarização e pressão da agricultura camponesa pelo capitalismo agroindustrial, não de reversão, mas de manter experiências e espaços que demonstrem a viabilidade do campesinato mesmo diante de um capitalismo tão intensamente agroindustrializador. E diante disto, o PAA foi e tem sido peça importante para desconstruir a concepção de que a agricultura camponesa não tem e não terá condições de se adaptar ao capitalismo agrário de “sucesso” e que realiza o verdadeiro desenvolvimento.

Conclusões Finais

Diferentemente do que o senso comum estabelece, a agricultura camponesa “não produz” nos padrões modernos de agricultura, não porque não tem capacidade ou conhecimento técnico, mas em função de mercados estabelecidos a partir de padrões de produção que não são adaptados à sua lógica de produção e vida. Seja pela baixa capacidade de investimento ou por regras de mercado que não dão conta dos custos de produção da pequena agricultura, o campesinato passa a ser altamente explorado na sua mão de obra, nos recursos naturais (terra, água, etc), na renda e nas condições de trabalho, intensificando o processo de transferir as gerações futuras para a cidade como meio de melhoria das condições de vida, deixando para trás a terra que será anexada a médias e grandes propriedades.

Portanto, o campesinato, mesmo com precários apoios e investimentos

governamentais, tem conseguido resistir ao processo de acirramento que o capitalismo agroindustrial tem incidido sobre a sua forma de fazer e organizar a agricultura e a vida. Em fins de 2003 o Programa de Aquisição de Alimentos surge, não como uma política que consiga retirar as agruras do campesinato brasileiro, com o objetivo de legitimar o Estado para compras de alimentos do campesinato, o que além de estimular e retirar uma parcela das famílias camponesas da integração agroindustrial, tem, principalmente, possibilitado avançar nos formas de resistência e luta do campesinato, sejam em ações práticas na diversificação da produção e mecanismos de comercialização, mas fundamentalmente na construção de uma agenda de lutas e resistência que coloquem o campesinato brasileiro enquanto atores da disputa política.

Referências

- ALMEIDA, J. **A construção social de uma nova agricultura**: tecnologia agrícola e movimentos sociais no sul do Brasil. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1999.
- BRANDENBURG, A. **Agricultura familiar**: ONGs e desenvolvimento sustentável. Curitiba: Ed. UFPR, 1999.
- ERTHAL, R. **Os complexos agroindustriais no Brasil**: seu papel na economia e na organização do espaço. Disponível em: <<http://www.feth.ggf.br/complexos.htm>>. Acesso em: 10 dezembro de 2014.
- GARCIA, A. R. **O Sul**: caminho do roçado – estratégias de reprodução camponesa e transformação social. São Paulo: Editora Marco Zero, 1990.
- MICHELATO-GHIZELINI, André A. Atores sociais, agricultura familiar camponesa e o espaço local: uma análise a partir do programa de aquisição de alimentos. 2010. 267 f. **Tese** (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.
- _____. **ONGs, Agroecologia e Agricultura Familiar: a construção de uma metodologia de assessoria (o caso da AGAECO)**. 2003. **Dissertação** (Mestrado em Sociologia das Organizações) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2003.
- PEREZ-CASSARINO, J. **A construção social de mecanismos alternativos de mercados no âmbito da Rede Ecovida de Agroecologia / Julian Perez Cassarino – Curitiba, 2012. Tese** (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Federal do Paraná.
- PLOEG, J. D. **Camponeses e impérios alimentares**: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.
- UENO et all, **Estratégias de Comercialização da Agricultura Familiar: estudos de caso em assentamentos rurais do Estado de São Paulo**. n: SIMPÓSIO SOBRE REFORMA AGRÁRIA E QUESTÕES RURAIS, 7., 2016, Araraquara. 30 anos de assentamentos na Nova República: qual agricultura e qual sociedade queremos? anais. Araraquara: UNIARA, 2016. 14 p. Disponível em:

<<https://www.embrapa.br/web/mobile/publicacoes/-/publicacao/1065665/estrategias-de-comercializacao-da-agricultura-familiar-estudos-de-caso-em-assentamentos-rurais-do-estado-de-sao-paulo>> Acessado em 25/11/2017.

WANDERLEY, M. de N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: **XX Encontro anual da ANPOCS**. Processos Agrários. *Anais*. Caxambu, MG. Outubro, 1996.

Agroindustrial capitalism and the fronts of struggle and resistance of the Brazilian peasantry: the Food Acquisition Program (PAA)

ABSTRACT

Agroindustrial capitalism has established living conditions for the Brazilian peasantry based on precariousness and exploitation by determining what to produce, in what conditions to produce, the quantity and quality of production, to whom to market and at what price to sell. However, at the end of 2003, the Food Acquisition Program (PAA) emerged, which allowed the Brazilian peasantry to visualize a different social reality. Without being able to reverse or halt the process of advancement of agroindustrial capitalism, the PAA has provided the peasantry with new strategies of resistance and struggle in order to make them actors of the Brazilian development. Thus, in this article, I discuss and present data that demonstrate the importance of the PAA for the reestablishing of the ways of life of the peasantry, and to what extent the program was able to establish new guidelines and spaces of resistance for the peasant condition in Brazil.

Keywords: Peasantry, rural sociology, family agriculture, PAA.